



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

MARIA SUELDA RIBEIRO BENICIO

GESTÃO DEMOCRÁTICA: INTEGRAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE

**PATOS/PB
2014**

MARIA SUELDA RIBEIRO BENICIO

GESTÃO DEMOCRÁTICA: integração escola e comunidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Esp. Nadia Farias dos Santos

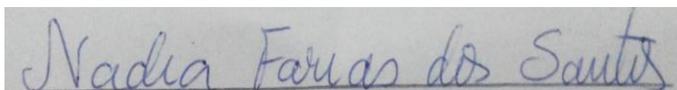
**PATOS/PB
2014**

MARIA SUELDA RIBEIRO BENICIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de
licenciatura Plena em Pedagogia.

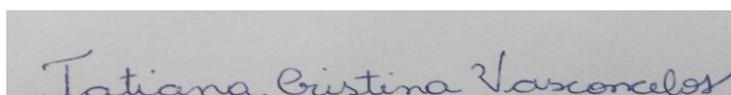
Data da avaliação: 18/07/2014.

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

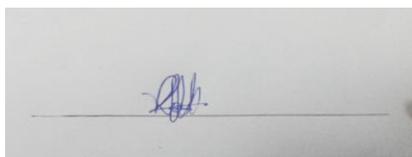
Nadia Farias dos Santos (orientador)

Prof.^a Especialista/ UEPB



Tatiana Cristina Vasconcelos

Prof.^a Dr.^a /UEPB



Rosângela de Araújo Medeiros

Prof.^a Ma. /UEPB

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B467g Benício, Maria Suelda Ribeiro.
Gestão democrática [manuscrito] : Integração escola e comunidade / Maria Suelda Ribeiro Benício. - 2014.
45 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Esp. Nadia Farias dos Santos, CCEA".

1. Comunidade escolar. 2. Educação. 3. Gestão participativa. I. Título.

21. ed. CDD 371.19

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me iluminado e dado força para vencer mais esse obstáculo.

Agradeço imensamente a minha mãe Marinete por ter acreditado que não só eu, mas todos os seus filhos são capazes de romper barreiras através da sua força e perseverança.

Obrigada minha “MÃE QUERIDA”.

A minha família Ribeiro, Chaves, Benício, pelo carinho entusiasmo e ajudas prestadas no decorrer da caminhada.

Agradeço ao meu marido Valdemir e aos meus filhos Daniella e João Victor pelo apoio, cooperação e paciência que tiveram comigo nestes anos tão difíceis e extremamente estressantes.

Agradeço as professoras e orientadoras Eliane Brito, Edilene e Nadia Farias por toda paciência e disponibilidade recebida.

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito dessa caminhada. Muito obrigada!!!!!!

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar, pois sem ele nada seríamos, a minha mãe pelo apoio e incentivo de sempre, ao meu marido e filhos pela compreensão e apoio nos momentos de dificuldades! DEDICO.

“Se todos fizéssemos o que somos capazes, ficaríamos espantados com nós mesmos”.

Thomas Edison

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a relação entre a gestão escolar e a comunidade a cerca dos princípios que norteiam a gestão escolar quando esta se caracteriza como democrática, bem como, sua integração com a comunidade tendo em vista alguns aspectos escolares e extra-escolares. Pretende, ainda, refletir sobre o papel do gestor no sentido de garantir a participação da comunidade escolar nas decisões de âmbito pedagógico, financeiro e administrativo, trazendo os diversos instrumentos que favorecem esta participação. Esta é uma abordagem investigativa realizada por meio de pesquisa bibliográfica na qual foram utilizadas como fontes de estudo obras de relevante importância sobre o tema, livros, artigos científicos, revistas pedagógicas, instituições de educação de atendimento na área; além de sites sobre o tema. A gestão escolar não deve ser enxergada somente como um conjunto de práticas burocráticas voltadas à escola, mas sim, precisa ser vista como um viés de promoção do fazer democrático e da cidadania. Atualmente, não há como a escola subsistir sozinha no que diz respeito às suas atribuições, se considerarmos tanto fatores externos que existem à sua volta. Os resultados enfatizam a importância da gestão democrática para a qualidade do ensino e mostram que, embora já tenham acontecido importantes avanços, ainda existe uma necessidade de se aprofundar a compreensão em torno da temática, ampliar os espaços de discussão e unir esforços na luta por uma efetiva gestão democrática, condição fundamental para a melhoria da qualidade na educação.

Palavras chave: comunidade escolar, educação, gestão participativa.

ABSTRACT

The present work has as its theme the relationship between school management and the community about the principles that guide the school management when this is characterized as democratic, as well as their integration with the community some ways schools and out of school. Intends to also reflect on the role of the Manager in order to ensure the participation of the school community in decisions of pedagogical, administrative and financial framework, bringing the various instruments which encourage this participation. This is an investigative approach performed by means of bibliographical research in which they were used as sources of study works of relevant importance on the subject, books, scientific articles, educational magazines, educational institutions of care in the area; In addition to sites about the topic. The school management should not be first seen only as a set of bureaucratic practices focused on school, but yes, needs to be seen as a democratic bias making promotion and citizenship. Currently, there is no way the school survive alone with regard to their assignments, considering both external factors that exist around them. The results emphasize the importance of democratic management for the quality of education and show that, although I have been important advances, there is still a need to deepen the understanding around the theme, expand the spaces for discussion and join efforts in the fight for an effective democratic management, a fundamental condition for the improvement of quality in education.

Keywords: School community. Education. Participatory management

LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 GESTÃO DEMOCRÁTICA: INTERAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE	15
1.1 Participação da comunidade escolar	15
1.2 Gestão: Conceitos e objetivos	19
1.3 A busca da gestão democrática: Os desafios impostos pelos processos de planejar coletivamente	20
1.4 O projeto pedagógico como modelo de gestão	22
2. AS VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	26
2.1 Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	26
2.1.1 O projeto de intervenção	28
2.2 Estágio Supervisionado em Educação Infantil	30
2.2.1 Projeto de intervenção	32
2.3 Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental	34
2.3.1 Projeto de intervenção	37
3. METODOLOGIA	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado constitui atividade obrigatória para a conclusão do Curso de licenciatura em pedagogia na modalidade ofertada pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) em articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) e ministrado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no campo VII localizado na cidade de Patos - PB.

O ato de educar por si próprio é um desafio constante que deve ser enfrentado mediante os objetivos que a educação propõe. Administrar uma instituição educativa torna-se uma tarefa ainda mais exigente, pois abrange as várias dimensões do espaço interno e externo da escola. Este último, por sua vez, tem caráter mais exigente, afinal é difícil propiciar meios adequados para que possa ocorrer a relação mais íntima entre comunidade e escola, logo a gestão escolar deve ser a principal mediadora tendo em vista estas perspectivas, buscando, através de suas incumbências e autonomia os meios pelos quais essa inter-relação se dê de fato.

Administradores e professores nunca poderão desempenhar bem o seu trabalho se não conhecem a comunidade em que a escola esta inserida. Como pode a escola atingir seus objetivos se desconhece as condições de vida e as aspirações da comunidade de onde provem seus alunos? É praticamente impossível.

Conhecer a comunidade abrange aspectos importantes, como o demográfico, o sócio-econômico entre outros. A escola precisa dispor de informações gerais sobre toda a comunidade, e que esses dados sejam estudados e discutidos pela escola.

A comunicação entre escola e comunidade, é de grande importância para o trabalho escolar, pois possibilita a formação de objetivos mais realistas e favorece sua execução.

Desta forma, urge a necessidade de buscar como se efetiva a gestão democrática na escola. Para tanto, buscamos as seguintes questões que delimitam o nosso pensar no objeto a ser problematizado, buscando conhecer como os teóricos tratam a questão da gestão democrática? Quais as características que um processo administrativo em uma perspectiva democrática deve ter? Quais os instrumentos necessários para sua implantação?

Diante do contexto que apresenta na sociedade em que a participação dos sujeitos através das diferenças de pensar se intercrucza no espaço escolar. O estudo proposto sugere um olhar diferenciado no âmbito da escola pública visando atender sua realidade.

Partindo da observação dos problemas sociais como um todo e a preocupação com os caminhos da educação, buscaremos captar pela mediação de uma atividade reflexiva, a possibilidade de uma administração escolar numa perspectiva democrática voltada para as necessidades básicas da comunidade escolar e a realização do ser humano.

É com este olhar que tentamos aprofundar e compreender o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica na gestão escolar, reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização, mas que por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão. Acreditamos que o maior comprometimento rumo ao processo democrático e a verdadeira cidadania, concretiza-se no fenômeno das relações humanas, pois elas encerram um grande potencial de direção na luta por uma transformação da sociedade que se encontra em (re) construção.

Acreditamos que a escola é o meio precursor deste importante fenômeno social, mas para isso, é necessário desenvolver atividades com vistas a realização de tais fins. Desta forma, enfocamos alguns problemas com importantes implicações práticas, em que os profissionais da educação devem ter consciência para atuarem com compromisso e precisão, atendendo aos interesses da comunidade respeitando suas tradições, seus valores e sua cultura.

A força motivadora da implantação de novas formas de ação e desempenho do educador – necessidade de mudança – deve ser entendida por todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, desenvolvida através de uma comunidade eficaz, consciente e assentada no trabalho coletivo e interativo, pois o alvo da atenção máxima deve ser o aluno.

Assim, o estudo proposto possibilitará compreender as contradições que se expressam ao buscar-se o exercício da prática da gestão democrática na escola, especialmente na comunidade escolar, em que a educação submete-se aos interesses dos segmentos dominantes da sociedade. Sabe-se que a Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), inciso VIII, possibilita às escolas muita flexibilidade e abertura no processo educacional brasileiro. Essas mudanças

expressam o momento histórico que a sociedade brasileira está vivendo. E como instituição fundamental no processo de transformação social, a escola não pode ficar ausente deste processo. O que justifica o desenvolvimento desta pesquisa é verificar a importância de uma gestão democrática voltada para a promoção de um ensino aprendizagem com qualidade e envolvimento de todos.

Desta forma, esta investigação objetivou de um modo geral refletir a presença do modelo de gestão democrática efetivada na escola pública, possibilitando aos segmentos menos favorecidos uma ampla participação na construção e no direcionamento das ações educativas efetivadas na escola. De forma específica tornou-se necessário Identificar como os teóricos tratam a gestão democrática nas escolas públicas; Compreender a forma de atuação e os papéis exercidos por cada membro da gestão e da comunidade escolar; Identificar as ações e instrumentos necessários à implantação efetiva da gestão democrática na escola pública.

Os procedimentos metodológicos necessários à realização da pesquisa proposta partem da abordagem qualitativa, permitindo descrever, analisar, objetivando compreender efetivamente o processo de gestão democrática da escola pública. Descrevem-se as vivências dos Estágios Supervisionados em Gestão Escolar, Educação Infantil e Séries Iniciais, ambos divididas em duas etapas: a fase de observação, em que se realizaram as seguintes atividades: Ficha de observação, entrevista com a professora regente, diagnose escolar; a segunda, referente a intervenção em que realizou-se o planejamento, a regência e a avaliação (análise).

Faz parte dos componentes textuais deste trabalho, além desta introdução, o capítulo intitulado: Gestão: conceitos e objetivos, Participação da comunidade escolar utilizando como suporte os saberes dos teóricos, especialmente Vítor Henrique Paro, que aborda diversas discussões no que diz respeito à gestão democrática escolar dando destaque à sua relação com o meio comunitário e social como um todo. O projeto pedagógico como modelo de gestão e Ilma Passos Alencastro Veiga, que concebe o Projeto Político Pedagógico como uma importante ferramenta para a democratização da educação e o Conselho Escolar como algo que assegure a efetivação do PPP. O segundo capítulo denominado As vivências do Estágio Supervisionado apresenta produção específica das experiências dos estágios supervisionados realizados durante a presente formação. A primeira parte deste capítulo refere-se ao Estágio em Gestão Escolar, a segunda em Educação Infantil, a terceira em Séries Iniciais. Expõe, na seqüência, a seção metodologia: o

Estágio como pesquisa que descreve o caminho metodológico do Estágio e seus procedimentos de pesquisa e as considerações finais.

Promover a integração da escola com a comunidade não é algo impossível de se acontecer na prática, porém a gestão escolar precisa estar disposta a trabalhar com o intuito de garantir essa inter-relação de colaboração e ajuda mútua e ela fará isso de maneira mais coerente se adotar os moldes de uma administração escolar democrática.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA: INTERAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE

Neste capítulo apresentaremos a importância da gestão que se molda como democrática, bem como ressaltar a influência e importância que há na integração da comunidade com a escola, mostrando que há possibilidades e medidas práticas que propiciem essa inter-relação.

1.1 Participação da comunidade escolar

Gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no direcionamento das questões deste campo de estudo. No geral, Caracteriza-se pelo reconhecimento da relevância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas tomadas de decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.

A gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas públicas se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E aqui se situa um dos maiores desafios dos educadores: a democracia, assim como a cidadania, se fundamenta na autonomia. Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania.

A abordagem da gestão democrática do ensino público passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola. Nesse tipo de gestão a administração não fica restrita as mãos de uma única pessoa “o gestor”, mas submete-se o poder em todas as suas dimensões a uma descentralização, ou seja, a uma partilha na qual todos os interessados no processo educativo

(professores, alunos, funcionários da escola, pais e toda a comunidade) poderão contribuir no processo de ensino aprendizagem.

Podemos afirmar que gestão escolar é a maneira pela qual as instituições de educação são coordenadas e organizadas, tendo em vista as possibilidades de melhor conduzir os processos educativos. Quando atribuímos o caráter democrático à administração escolar, temos que agregar as idéias de cooperação mútua, partilha do poder, percepção e sensibilidade às necessidades envolvidas nos processos educativos (questões sociais, étnicas, religiosas, culturais, sexuais etc.), bem como, buscar desenvolver as potencialidades dos envolvidos na educação, para que assim a escola possa vir a somar idéias e estratégias de uma forma mais ampla.

Gestão Democrática na escola pública é um processo por meio das quais decisões são tomadas, encaminhamentos são realizados, ações são executadas, acompanhadas, fiscalizadas e avaliadas coletivamente, isto é, com a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade escolar (SEDUC, 2012).

Muitas vezes a gestão democrática escolar fica subentendida como uma oportunidade para expor vários pensamentos, ou seja, tem-se a gestão democrática como viés para uma enxurrada de opiniões a cerca dos mais diversos assuntos que norteiam a escola.

A gestão democrática vai além de ações, que geralmente conta com a participação de um número maior de pessoas, ela caracteriza-se como um conjunto mais amplo e sistemático, que contempla todas as dimensões envolvidas na educação, ao passo que cada característica possui suas particularidades, métodos e estratégias específicas, onde, de maneira organizada, a gestão tem a função de coordenar e comandar tais ações, tendo em vista o desenvolvimento das práticas educativas numa ótica democrática, ou seja, participativa e cooperativa.

Na gestão democrática, leva-se em consideração alguns fatores tidos como princípios democráticos, os quais se destacam a participação, a autonomia, a transparência e o pluralismo. Estes princípios dão um tom democratizado à gestão, e facilita a compreensão da concepção dessa gestão, caracterizando-a de maneira mais explícita.

É evidente que, atualmente, a participação da comunidade nas ações da escola torna-se algo pertinente e relevante, pois a escola reflete várias dimensões a cerca do que ocorre fora de seus muros, dessa forma, não há como não haver uma

relação entre as instituições educacionais e a comunidade onde as mesmas estão inseridas.

Diferente do passado, hoje a escola se faz autônoma no que diz respeito aos processos educacionais, nos dias atuais fica difícil conduzir as práticas pedagógicas sem o apoio e a participação de todos que formam um meio social específico.

Para ser considerada pública, a escola deve ter a participação efetiva da comunidade escolar e local (gestor, pais, alunos, funcionários, professores e comunitários), bem como, oferecer uma educação de qualidade. De outra forma, esta escola será em vez de pública, “estatal”. Segundo Paro (2005, p. 17): “a escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar”.

É essencial que a comunidade tenha o conhecimento da importância de seu papel na educação. É preciso deixar de lado as velhas convicções de que os processos educativos são dever somente da escola e que esta deve desempenhá-los sozinha e sem uma participação mais ampla.

Dessa forma, é primordial que a instituição caminhe no sentido de se tornar autônoma, implicando necessariamente em mudanças do processo decisório dentro da escola, descentralizando-se e horizontalizando-se pelo compartilhamento da responsabilidade com os diferentes atores educativos que constituem a comunidade escolar: gestores, professores, alunos, pais, comunidade. Essa mudança de paradigma se estabelece também no âmbito pedagógico, visto que o planejamento passa a ser participativo, as visões de conjunto das disciplinas formam um conhecimento complexo, num modelo sistêmico em que o todo e as partes se integram formando um conhecimento sólido e profundo.

Nesse sentido, Luck diz que:

“A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão”. (2002)

A participação ativa da comunidade possibilita à população o conhecimento de avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida escolar. Entre as modalidades mais conhecidas de participação, estão os conselhos de classe – bastante difundidos no Brasil – e os conselhos de escola, colegiados ou comissões que surgiram no início da década de 1980.

Neste sentido, é que entendemos o Conselho Escolar e demais órgãos colegiados, como uma ferramenta imprescindível a gestão democrática. A partir de sua atuação dentro da escola, a gestão passa a horizontalizar-se, onde as “ordens” não são mais dadas de forma vertical.

O Conselho Escolar (CE) é um colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escola. Com suporte na LDB, lei nº 9394/96 no Artigo 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no inciso II – "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes", esses conselhos devem ser implementados para se ter uma gestão democrática.

Os Conselhos Escolares podem servir somente para discutir problemas burocráticos, ser compostos apenas por professores e diretor (a), como um ‘Conselho de Classe’, mas se estiver dentro dos princípios da Gestão Democrática esse Conselho terá que discutir politicamente os problemas reais da escola e do lugar que ela está inserida com a participação de todos os sujeitos do processo.

Desta forma o Conselho Escolar é um elemento fundamental da Gestão Democrática da escola, pois a comunidade pode discutir ações com a escola, a fim de colaborar e ser também responsável pelo processo educativo. Mas, refletindo a falta de interesse de alguns pais no processo educativo, acabam reduzindo sua participação na tomada de decisões da escola com a intenção de não ser responsável no processo educativo (BOGATSCHOV e GODOY, 2010, p.10), pois o Conselho Escolar é constituído pela comunidade escolar e local, ou seja, pais, alunos, professores, funcionários e equipe diretiva da escola. É importante que a comunidade participe ativamente do Conselho Escolar, pois assim pode fiscalizar opinar e fazer cumprir as decisões tomadas pela escola.

1.2 Gestão: conceitos e objetivos

A Gestão Escolar, segundo Coelho e Volsi (2010), refere-se ao estabelecimento de ensino, sendo assim, tem suas responsabilidades previstas na LDB de 1996, como por exemplo, elaborar e executar sua proposta pedagógica; assegurar o cumprimento dos dias letivos, orientar a elaboração e cumprimento do plano de cada docente, e criar integrações entre a comunidade e a escola, entre outras.

Nesse sentido, entendemos que a escola é um tipo de organização constituída de recursos materiais, financeiros e humanos (alunos, professores, pais) que precisam ser administrados para se obter os melhores resultados, que no caso é a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos.

Nessa relação, entretanto, é necessário uma visão crítica do processo da administração escolar, a qual exige um conhecimento mais ou menos preciso da estrutura sócio-econômico da sociedade capitalista em que vivemos. A gestão escolar precisa ser entendida no âmbito da sociedade política comprometida com a própria transformação social (PARO, 1996 p. 149).

Para conquistar uma educação de qualidade, a escola precisa abrir suas portas para ouvir e opinar sobre os assuntos que dizem respeito ao bom funcionamento da mesma, porém, isso só vai acontecer quando ela conseguir promover mudança de atitude de todos os membros da comunidade escolar.

Neste enfoque, a atividade administrativa em sua concepção mais geral e abstrata, advinda da racionalidade, deve estar constantemente buscando objetivos que atendam aos interesses das classes trabalhadoras, configurando-se, portanto na concorrência para que a transformação social de fato seja realizada.

Para o gestor escolar torna-se, entretanto, imprescindível conhecer a dimensão do conjunto organizacional, isto é, a escola como realidade global; ser capaz de adaptá-la as novas exigências que a localidade deseja.

Neste contexto, os mecanismos gerenciais da gestão escolar enquanto processo que se renova permanentemente e enquanto instrumento na busca da racionalidade, isto é, do comprometimento com a mudança social, devem estar voltados para o alcance de seus fins especialmente educacionais. O gerenciador escolar, precisa saber buscar na natureza própria da escola e dos objetivos que ela

perseguir os princípios, métodos, e técnicas adequadas ao incremento da racionalidade. Sendo assim a gestão escolar deve ser vista como instrumento fundamental do seu dinamismo e isto na medida em que possibilite a conciliação entre os dados da realidade e a rigidez instrumental da organização resultante da aplicação dos princípios de autoridade legal, fundados na burocracia. Conseqüentemente, aquela concepção burocrática não pode ser aplicada a organização escolar, nem deve orientar de modo total ou exclusivo a atividade administrativa na escola.

É necessário que a escola seja ordenada e articulada de forma racional à luz de um conceito radical, visando condições de possibilidade de uma práxis administrativa voltada para a democracia e considerar a administração como instrumento de adaptação e mudança social

1.3 A busca da gestão democrática: os desafios impostos pelo processo de planejar coletivamente

O tema ora apresentado trata da importância do planejamento participativo, valorizando as relações sociais, interação e produção do grupo e os desafios enfrentados para realização e transformação do ambiente escolar como um todo.

A tomada de decisões e as ações implementadas são implicações referentes ao planejamento da educação no âmbito de sistemas e redes de ensino. De acordo com Baia Horta,

O planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em educação, que se relaciona, de diferentes maneiras, historicamente condicionadas, com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando a implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado (1991).

O Planejamento participativo permite coordenar idéias, ações, perspectivas e compartilhar preocupações e utopias, em vez de priorizar a conformação de instâncias formais e estáticas. Não existe um modelo padrão para a construção do

planejamento escolar. De acordo com as características próprias de cada coletivo, encontrar-se-á o mais adequado. Em todo caso, deve contribuir para maior eficácia, clareza e profundidade no que se faz, cabendo às escolas buscar modelos baseados nas suas necessidades.

O planejamento participativo não dispensa uma coordenação que vai exercer um papel de liderança que é o de articular e catalisar os diferentes interesses e potenciais, no sentido de que cada parte envolvida tenha uma forma de participação nas deliberações e se responsabilize pelos resultados. A liderança é incentivadora, dinamizadora, facilitadora do processo, tendo como principal instrumento a informação e a formação nos mais diferentes níveis.

Através do planejamento participativo, os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar são chamados a planejar, avaliar e implementar a proposta de educação a ser efetivada na escola. A responsabilidade desta forma é compartilhada com o coletivo, tornando a possibilidade de sucesso bem maior.

Despertar o interesse da sociedade não é tarefa fácil. A elaboração do planejamento participativo na escola depende da disposição dos que participam, bem como, da existência de um clima favorável para que ele tenha um bom andamento. Em relação ao clima que deve existir na escola Favero (1988, p. 94), comenta que “é necessário uma disposição interior para assumir esse planejamento”. Sendo assim, acreditamos que cabe ao administrador envolver-se a fim de contagiar a todos com a sua disposição e entusiasmo, para que participem de livre e espontânea vontade no que se refere ao clima escolar.

Dalmas (1994, p. 94) a respeito do clima da escola afirma que “não pode haver na escola um clima hostil, de individualismo e irresponsabilidade”. É de fundamental importância que na escola exista um ambiente de escolhida aceitação mútua e o interesse uns pelos outros. Com isso, acreditamos que a liberdade, o respeito, o companheirismo e a fraternidade são fatores marcantes e de valia para o bom andamento do planejamento participativo.

A escola precisa despertar para o que assegura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96), que regulamenta dois princípios a serem observados para a gestão democrática (inc. I e II art. 14). Determinando assim, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola e assegurando a participação de pais, alunos e representantes da sociedade civil nos Conselhos Escolares.

Esse processo, de gestão democrática, foi incluído no inciso VI, artigo 206 da Constituição Brasileira promulgada em 1988 e na LDB. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8069/90, incentiva a participação da criança e do adolescente, na tomada de decisões no que diz respeito a sua vida e o seu direito de liberdade de opiniões e expressão, e no artigo 53 (1990, p. 41), também é dito: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar de definição das propostas educacionais”.

Ao falarmos em gestão escolar, não nos referimos apenas em controlar recursos e funcionários, bem como assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas/aulas. A gestão democrática é uma nova forma de administração totalmente e integralmente a esfera pedagógica. Ela requer abrir a escola à comunidade, estimular o talento de cada membro da equipe, não perdendo de vista as metas educacionais, estar em sintonia com as mudanças sociais, criar um ambiente de amizade e entusiasmo e principalmente saber partilhar o poder. E mais ou menos, favorecer a interdisciplinaridade da sala de aula com a diretora.

Segundo Libâneo (2001), a participação é fundamental por garantir a gestão democrática da escola, pois é assim que todos os envolvidos no processo educacional da instituição estão presentes, tanto nas decisões e construções de propostas (planos, programas, projetos, ações, eventos) como no processo de implementação, acompanhamento e avaliação.

Trabalhando, no sentido do desenvolvimento de grupos operativos, onde cada sujeito, com sua subjetividade possa contribuir na reconstrução de uma escola na qual precisamos.

1.4 O projeto pedagógico como modelo de gestão

Neste capítulo apresentaremos a importância do projeto pedagógico na realização do trabalho na escola em uma visão crítica e reflexiva.

Todo estabelecimento escolar tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico - o

famoso PPP. Se você prestar atenção, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:

- É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Quando juntamos as três dimensões, o PPP ganha à força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

São muitos os problemas que a escola vem enfrentando nos dias atuais. Repensar a escola como espaço democrático de troca de produção e conhecimento é o grande desafio que os educadores deverão enfrentar neste início de milênio, especificamente o gestor escolar, por ser um elemento significativo e articulador de uma prática capaz de romper com as relações competitivas, autoritárias e corporativas que permeiam as relações internas da escola. Assim torna-se urgente a construção de uma proposta pedagógica com um planejamento articulando o processo coletivo na tomada de decisões.

Segundo Veiga:

A elaboração do projeto pedagógico tem a ver com o trabalho da escola como um todo e com a participação da sala de aula, considerando o contexto social e a preservação de uma visão da totalidade. Logo, o projeto pedagógico busca a organização global da escola. (2001)

Assim, entende-se que o projeto pedagógico é um conjunto articulado de propostas e ações, delimitadas, planejadas, executadas e avaliadas em função de uma finalidade que se pretende alcançar e que é previamente delineada mediante a representação simbólica dos valores a serem efetivados.

Certamente, a formulação do projeto pedagógico nas escolas é uma inovação prevista pela Legislação Educacional em vigor, com o objetivo de descentralizar e democratizar o processo educacional, de buscar maiores oportunidades de participação da comunidade, comprometimento de todos os seus membros, estabelecimento de alternativas para resolução dos problemas atuais da educação.

A avaliação do projeto pedagógico, numa visão crítica, leva-nos a reflexão, para se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas de existências de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e por ações alternativas. Essa avaliação se dá com base em dados concretos sobre como está a organização escolar em relação à ação praticada e da própria organização do trabalho pedagógico.

Segundo Veiga (2001, p.32) considerando a avaliação desta forma destaca-se dois pontos importantes: “primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico, ele imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos”.

Um projeto pedagógico não se torna concluído a avaliação, pois é um processo de reflexão contínua sobre a prática que precisa estar sempre atualizada. Constatamos que o ponto de partida da avaliação do projeto pedagógico, implica na reflexão e redefinição, se necessário de suas finalidades e objetivos, de sua estrutura organizacional, incluindo o processo decisório e as organizações do tempo escolar. Assim os atores deverão refletir se as finalidades e os objetivos que a escola vem desejando, tem sentido no momento atual e se devem ser mantidos, ou se algumas delas caírem na obsolescência e não são mais condizentes com o atual momento histórico. Ainda em relação às finalidades e os objetivos, deverá ser questionado se a posição política e filosófica da escola está refletida neles, e se a escola vem cumprindo sua finalidade cultural, político-social e humanitária ao lado da formação profissional.

No segundo momento Veiga (2001), nos faz refletir sobre o projeto em sua face de elaboração já terminada. A autora aponta a necessidade de não se deixar que o projeto pedagógico se torne apenas um documento para a escola, um plano frio e sem utilização prática para a escola. Cabe aos integrantes da escola, se conscientizar da necessidade e importância da execução do projeto pedagógico para a qualidade do ensino e de todas as práticas profissionais.

Para que sua execução seja percebida como necessidade é preciso implanta um processo de ação-reflexão, ao mesmo tempo global e setorizado, que exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar, onde estes devem estar conscientes da importância desse processo para a qualidade escolar, de sua prática e consciência, também, de seus resultados não são imediatos.

O projeto, depois de elaborado, não tem um fim em si mesmo. Ao contrário, deve sempre estar aberto a um recomeço uma rediscussão, pois o projeto político-pedagógico deve sempre estar se renovando, o que legitima a sua postura enquanto caminho a ser percorrido.

2. AS VIVÊNCIAS DO ESTAGIO SUPERVISIONADO

Neste capítulo apresentaremos os estágios supervisionados em gestão escolar, educação infantil e ensino fundamental, as vivências e as experiências adquiridas ao longo desses processos.

2.1 Estágio Supervisionado em Gestão Escolar

A Gestão Escolar nos tempos atuais se tornou uma grande área de estudos devido a sua importância dentro da nossa sociedade e principalmente dentro da escola, fazendo com que as pesquisas ajudem na tarefa de construir instituições escolares que tenham vida própria, gerenciem seus trabalhos tenham uma devida organização e o mais importante uma educação de qualidade para seus alunos.

Menezes e Santos, 2002 definem a Gestão Escolar como a expressão relacionada à atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos.

Segundo Sousa (2007 apud LDB, 2006, p.1), nos artigos 14 e 15 da LDB, são apresentadas as seguintes determinações: Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
 - II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;
- Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Com base no acima exposto o objetivo desse trabalho é trazer uma visão da gestão escolar e sua influência na autonomia da escola. Pode se notar que a gestão

escolar engloba uma série de fatores, áreas e deveres em busca de um determinado objetivo, conforme Luck:

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento (1997 Apud OLIVEIRA 2002).

A organização e gestão na escola, não deve ficar na mão de somente uma pessoa como cita Vaz (2008, p.1). A gestão autoritária é uma prática que não cabe mais, pois não satisfaz as exigências de uma sociedade que se deseja igualdade e justiça. A escola tem que ser democrática, portanto deve ser aberta a novas idéias e ter a participação do corpo docente e discente, funcionários e de membros da sociedade, como relata Barros (2009 p.1). A gestão democrática deve haver compreensão da administração escolar como atividade e reunião de esforços coletivos para o implemento dos fins da educação.

A gestão democrática da escola que é contemplada como exigência no seu Projeto Político Pedagógico, propõe que a busca das relações de poder pressupõe gerar integração, cooperação e participação.

Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. Por que concreta? Porque o concreto (*cum crescere*, do latim, é crescer com) é o que nasce com e que cresce com o outro. Este caráter genitor é o horizonte de uma nova cidadania em nosso país, em nossos sistemas de ensino e em nossas instituições escolares (CURY, 2005 *apud* OLIVEIRA, 2005).

É notório que a autonomia fortalece as escolas, acentua o espírito de equipe, envolvendo os professores e demais educadores na responsabilidade em assumir um papel na configuração da organização do trabalho escolar não apenas na sala de aula, mas na escola como um todo. Trata-se de um processo que se identifica

bem com a reivindicação de participação conjunta de pais, professores, alunos, nos processos de tomada de decisão e co-responsabilização pelas ações de ensino e aprendizagem.

2.1.1 Projeto de intervenção

O Estágio Supervisionado em Gestão Escolar é uma exigência dos cursos de Formação de Professores como forma de relacionar teoria e prática, contemplando a ação coletiva na escola como forma de atender as necessidades da realidade escolar. É uma oportunidade de reflexão sobre a ação pedagógica, alertando para possíveis mudanças, em busca de uma melhor qualidade da educação.

O Estágio Supervisionado toma por alicerce as demais disciplinas do curso, valorizando, mas especificamente, os conhecimentos da Disciplina Gestão Escolar.

Entendemos que é necessário relacionar os conhecimentos apreendidos ao longo do curso com o cotidiano escolar, em busca de superação das dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A experiência vivenciada em nível de estágio partiu da Diagnose realizada e da identificação de um problema em que pudéssemos intervir de forma coletiva, envolvendo as turmas correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental, nível de ensino em que atuamos. O problema foi detectado a partir das entrevistas realizadas na escola e dos contatos mantidos com a direção, professores/as, especialistas e funcionários da escola que nos ajudaram para uma maior aproximação da realidade escolar.

O trabalho desenvolvido corresponde a uma intervenção pedagógica realizada na Escola Senador Humberto Lucena, no dia 25 de setembro de 2012, no turno da tarde, envolvendo as turmas 3º, 4º e 5º ano, trabalhando com o tema: “VALORES HUMANOS NA FAMILIA E NA ESCOLA” cujo projeto didático-pedagógico foi devidamente elaborado (ver APÊNDICE), onde procuramos selecionar conteúdos e procedimentos metodológicos adequados, de acordo com a necessidade detectada.

O referido projeto teve como objetivo geral desenvolver um trabalho de consciência dos valores necessários a convivência em sociedade, visando estimular

a formação de hábitos e atitudes de respeito, responsabilidade, cooperação e amizade tanto na escola como em família.

O projeto foi desenvolvido em uma sala de aula ampla preparada com bexigas e vários cartazes abordando os temas: brincadeiras de crianças, alegria, paz, violência na escola, amizade, etc. Iniciamos com uma conversa de sensibilização sobre o tema, sendo seguido da apresentação de um vídeo sobre a “Família o primeiro grupo em que vivemos”, onde todos participaram com perguntas e respostas sobre o tema abordado.

Posteriormente, foi apresentado um material no data-show, contendo discussões sobre temas variados como: Escola nossa segunda família, abordando a importância da escola na nossa vida. Atitudes que precisamos vivenciar na família e na escola, falando sobre respeito, união, colaboração, amizade, e proteção, Reflexões sobre violência, Como devemos tratar as pessoas, O bom comportamento leva a bons resultados. Os temas foram apresentados pela orientadora e contou com a participação das estagiárias que interagiram junto com os alunos.

As crianças tiveram o intervalo normal da escola, com a distribuição da merenda e o horário do recreio, depois retornaram e fizemos uma dinâmica, com algumas músicas, onde todos participaram cantando e dançando, favorecendo assim uma maior integração com os alunos

Logo depois, encaminhamos o momento final com fotos e distribuição de “lembrancinhas”, o que alegrou aos alunos e favoreceu um clima de despedida com muita animação.

Entendemos que o desenvolvimento do projeto foi de grande importância tanto para nós alunas-estagiária como para os alunos e para a escola como um todo, pois houve uma boa interação com as turmas e o tema foi trabalhado de forma significativa.

Esperamos ter deixado uma contribuição positiva na escola, e que o projeto possa alcançar o objetivo desejado. Pois muitas vezes o que é planejado e discutido na teoria, na prática não funciona tão bem quanto era esperado, muitas vezes resulta em atritos e mais problemas.

Entendemos que, todo trabalho tem seu lado positivo e negativo e mesmo que não atinja a todos da mesma forma, foi dada a nossa contribuição, se não para uma mudança total, ao menos como meio de se vislumbrar tal possibilidade ou, no limite, contrapor-se à lógica vigente, auxiliando na formação de sujeitos mais

conscientes e mais aptos para reivindicar seus direitos e estabelecer novas formas de relacionamento.

Este trabalho foi de grande enriquecimento, para o profissional da educação, e continuará proporcionando novas experiências, porque se têm a certeza de que foi uma vivência sobre os problemas encontrados na realidade, onde se busca também apresentar novas alternativas de solução, possibilitando o crescimento da própria pessoa envolvida no processo, ou seja, possibilita o crescimento das pessoas enquanto cidadãos voltados para transformar a realidade em que vivem, visando o bem da coletividade.

2.2 Estágio supervisionado em Educação Infantil

O processo de valorização da Educação Infantil, bem como de seus profissionais, inicia-se com a Constituição de 1988, tal Constituição insere a Educação Infantil no ensino básico, e ainda coloca-a como direito da criança e dever do Estado. Assim começa a integralização das creches e pré-escolas em Centros de Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que a Educação Infantil é parte integrante do sistema educacional brasileiro, constituindo-se a primeira etapa da Educação Básica. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, lingüístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Art. 29). Como o primeiro espaço de educação coletiva da criança, fora do ambiente familiar, insere-se na base da construção da cidadania e de uma sociedade democrática, livre, justa, solidária e implicada na preservação do meio ambiente, como prevê a Constituição Federal de 1988.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução CNE/CEB número 5, de 17 de dezembro de 2009 afirmam em seu artigo 5º que:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças

de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (2009).

E a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Art. 4º).

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências lingüísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Influenciados por orientações de agências internacionais e por programas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, documentos oficiais do MEC e pareceres do então Conselho Federal de Educação defendiam a idéia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar.

Do debate sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos nasceu a necessidade de formular políticas de formação de profissionais e de estabelecer alternativas curriculares para a educação infantil. Diferentes concepções de infância, currículo e atendimento; diversas alternativas práticas, diferentes matizes da educação infantil. Direitos de crianças consideradas cidadãs foram conquistados legalmente sem que exista, no entanto, dotação orçamentária que viabilize a consolidação desses direitos na prática; exigências de formação de profissionais da educação infantil e reconhecimento de sua condição de professores.

De acordo com Rosemberg (1992, p. 26) “A proposta do MEC de 1975, com alguns ajustes periféricos, tornou-se o modelo nacional de atenção ao pré-escolar até, pelo menos a Nova República (...). Apesar da sua força no sistema educacional”.

Em concordância com Rosemberg, apesar da força no sistema educacional que o MEC impunha, ainda se fazia necessário ajustes em toda estrutura educacional, a fim de que essa proposta fosse totalmente concordante com toda a técnica que a pré-escola necessita.

Com isso as políticas públicas e estaduais se beneficiaram do questionamentos provenientes de enfoques teóricos de diversas áreas do saber.

Campos enfoca que:

O quadro geral esboçado pelos dados disponíveis para a década de 80 caracteriza-se por uma grande instabilidade e por sérios desencontros na direção e gestão das políticas federais de financiamento dos programas de pré-escolares e creches no país. A transição política resultou em expressivos ganhos legais, com a promulgação da Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. No entanto, os novos direitos reconhecidos para as crianças menores de 7 anos não foram garantidos por nenhuma previsão em relação a uma fonte específica de recursos [...]. (1992)

O questionamento e a busca de alternativas críticas têm significado, de um lado, o fortalecimento de uma visão das crianças como criadoras de cultura e produzidas na cultura; e de outro, tem subsidiado a concretização de tendências para a educação infantil que procuram valorizar o saber que as crianças trazem do seu meio sociocultural de origem. Assim, avançou-se no campo teórico e também no campo dos movimentos sociais e das lutas para mudar a situação da educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil.

Nos anos de 1980 e 1990, com gestões eleitas para municípios e estados, surgiram propostas diferenciadas, algumas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população. Importante foi o papel desempenhado pelos movimentos sociais que conquistaram o reconhecimento, na Constituição de 1988, do direito à educação das crianças de 0 a 6 anos e do dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para tornar fato esse direito (assegurada a opção da família), reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

Do debate sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos nasceu a necessidade de formular políticas de formação de profissionais e de estabelecer alternativas curriculares para a educação infantil. Diferentes concepções de infância, currículo e atendimento; diversas alternativas práticas, diferentes matizes da educação infantil.

Estes argumentos se aliam à importância da educação infantil no plano dos direitos sociais da infância e delineiam uma possibilidade de enfrentar o panorama de desigualdade.

2.2.1 Projeto de intervenção

De acordo com a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96), o estágio é necessário à formação profissional a fim de adequar essa formação às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Assim, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

De acordo com Pimenta (2004), ao estágio dos cursos de formação de docentes, no caso do curso de Pedagogia, compete possibilitar que os alunos percebam e compreendam a complexidade das práticas educacionais e como essas ações se processam, devendo ser uma “atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção da realidade” (PIMENTA, 2004, p. 45).

Visando fortalecer a relação teoria e prática, o Estágio Supervisionado está baseado no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

O estágio em Educação Infantil é bastante relevante, pois é através dele que o formando em Pedagogia estabelece relação entre a teoria e a prática, bem como tem a oportunidade de conhecer e analisar a atuação do profissional de Educação Infantil em sua ação pedagógica, e o mesmo depara-se também com a oportunidade de elaborar, executar e avaliar um Projeto de Intervenção Pedagógica, que contribuiu significativamente para formação do estudante de Pedagogia, ao estabelecer o processo de ação-reflexão-ação como assim assegura Vásquez (*apud* PIMENTA, 1995)

O referido projeto de intervenção apresenta a necessidade de caráter social e político da escola de desenvolver nas crianças, desde cedo, uma consciência crítica que possibilite ações e atitudes positivas. É uma oportunidade de reflexão sobre a ação pedagógica, alertando para possíveis mudanças, em busca de uma melhor qualidade da educação.

Assim, o Estágio Supervisionado toma por base as demais disciplinas do curso, valorizando, mas especificamente, os conhecimentos da Disciplina Educação Infantil. Entende-se que é necessário relacionar os conhecimentos apreendidos ao

longo do curso com o cotidiano escolar, em busca da superação das dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.

A experiência vivenciada em nível de estágio partiu aplicação da Diagnose realizada e da identificação de um problema em que pudesse intervir de forma coletiva, envolvendo toda a turma correspondente ao nível de ensino em que se estava atuando. O problema foi detectado a partir da entrevista realizada com a professora regente e dos contatos mantidos com a direção, professores/as, especialistas e funcionários da escola que ajudaram para uma maior aproximação da realidade escolar.

O trabalho desenvolvido corresponde a uma intervenção pedagógica realizada na Escola Senador Humberto Lucena, no dia 14 de junho de 2013, no turno da manhã, envolvendo alunos da turma da pré-escola, trabalhando com o tema: “Resgatando Brincadeiras do Passado” cujo projeto didático-pedagógico foi devidamente elaborado (ver roteiro nos Apêndices), onde se procurou selecionar conteúdos e procedimentos metodológicos adequados, de acordo com a necessidade detectada.

O referido projeto teve como objetivo geral desenvolver um trabalho de consciência dos valores necessários a convivência em sociedade, visando estimular os alunos a aprenderem brincadeiras menos violentas, que os levem a cooperação, amizade e o trabalho em equipe, tanto na escola como em família.

O projeto foi desenvolvido em uma sala de aula ampla preparada com vários cartazes abordando o tema, de início foi realizada uma exposição com jogos e brinquedos, como: a confecção de uma amarelinha, entre outros. Iniciou-se com uma conversa de sensibilização sobre o tema, sendo seguido das demonstrações das brincadeiras citadas onde todos participaram com perguntas e respostas sobre o tema abordado.

Entende-se que o desenvolvimento do projeto foi de grande importância tanto para as alunas-estagiárias como para os alunos e para a Escola como um todo, pois houve uma boa interação dos alunos e o tema foi trabalhado de forma significativa.

Espera-se ter deixado uma contribuição positiva na Escola e que o projeto possa alcançar o objetivo desejado, pois se sabe que, todo trabalho tem seu lado positivo e negativo, e mesmo que não atinja a todos da mesma forma, foi dada a contribuição, se não para uma mudança total, ao menos como meio de se vislumbrar tal possibilidade ou, no limite, contrapor-se à lógica vigente, auxiliando na formação

de sujeitos mais conscientes e aptos para reivindicar seus direitos e estabelecer novas formas de relacionamento.

2.3 Estágio supervisionado em Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é uma etapa de ensino que compõe a Educação Básica juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 208, inciso I menciona o Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, colocando a educação como dever do Estado e da família (art. 205). Já na LDB1 9394/96, no artigo 2º o Ensino Fundamental é colocado inicialmente como responsabilidade da família.

O Ensino Fundamental Brasileiro, conforme determina a Lei 11.274 de 06 de Fevereiro de 2006, passou por uma mudança a qual vem gerando muitas discussões na área educacional. Esta transformação consiste na ampliação deste segmento de Ensino em mais um ano, teoricamente com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino. Haja vista que a faixa etária de seis anos, principalmente, das classes menos favorecidas não era contempladas com um sistema de ensino que garantisse a sua entrada e permanência na escola.

Atualmente, a universalização do ensino já é possível através de políticas públicas como este processo de ampliação. Porém isto só foi possível após um longo percurso que iniciou por volta de 1920 onde a educação era vista como possibilidade de ascender socialmente e passou a ser defendida como direito de todas as crianças.

Com o processo de industrialização aconteceram várias mudanças significativas como a Criação do Sistema Nacional de Ensino que veio contribuir para a estruturação do Sistema de Ensino da época. Após este período passamos por várias constituições onde cada uma delas deu sua parcela de contribuição com relação a gratuidade dando ênfase para a obrigatoriedade e determinação das faixas etárias. Posterior a isto ocorreram dois fatos que foram fundamentais para a educação Brasileira que foram: um grande índice de expansão da alfabetização em 1947 e a expansão geral do ensino em 1950.

Aconteceram mudanças significativas na educação através do processo de industrialização, entre elas a criação do Ministério da Educação e Saúde, e a estruturação da Universidade pela junção de várias instituições isoladas de ensino superior e criou-se o Sistema Nacional de Ensino que até este período não existia. A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a necessidade de se elaborar um Plano Nacional de Educação com o objetivo de coordenar e elaborar as atividades de ensino em todos os níveis. As formas de financiamento do ensino oficial foram regulamentadas em cotas fixas para a Federação, os Estados e os Municípios e fixou as competências dos respectivos níveis administrativos, também implantou - se a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, e o ensino religioso tornou-se optativo.

O Ensino Fundamental é a etapa da Educação Básica definida como obrigatória pela Constituição Brasileira. Em 1946, o então Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, baixou alguns decretos – lei, entre eles o decreto-lei 8.529, de 02 de janeiro, que regulamentou o ensino primário. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), 9394\96, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Ministro da Educação Paulo Renato em 1996, foi baseado no princípio do direito universal, que rege a educação para todos, bem como uma série de mudanças voltadas para a garantia da educação básica, que veio propiciar um grande avanço no sistema educacional de nosso país, visando que a escola se torne um espaço de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão.

O Ensino Fundamental Brasileiro, conforme determina a Lei 11.274 de 06 de Fevereiro de 2006, passou por uma mudança a qual vem gerando muitas discussões na área educacional. Esta transformação consiste na ampliação deste segmento de Ensino em mais um ano, teoricamente com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino. Haja vista que outrora a faixa etária de seis anos não era contempladas com um sistema de ensino que garantisse a sua entrada e permanência na escola.

A partir de 2005, a Lei no. 11.114 determinou a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental. A ampliação do Ensino Fundamental começou a ser discutida no Brasil em 2004, mas o programa só teve início em algumas regiões em 2005.

2.3.1 Projeto de intervenção

De acordo com a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96), o estágio é necessário à formação profissional a fim de adequar essa formação às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Assim, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

Visando fortalecer a relação teoria e prática, o Estágio Supervisionado está baseado no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

Durante o estágio compreendeu-se que, por meio das atividades desenvolvidas, o trabalho organizado, planejado e orientado por uma Proposta curricular de qualidade possibilita a todos os alunos alcançarem os objetivos propostos para cada idade/série. Em oportunidades como essa se aprende que, é possível ministrar aulas vivas e alegres, proporcionando oportunidades de aprender brincando, e assim, tornar o ambiente da aprendizagem prazerosa, ver os alunos mais felizes e incentivados a continuar aprendendo.

Certamente, o ato de estagiar requer aptidões inerentes ao ato de educar e alfabetizar. É pensando nisso que se deseja ao término de mais esta etapa, ter-se alcançado os objetivos proposto neste projeto e nas atividades executadas. Poder também aprimorar as metodologias e técnicas já existentes e alimentar expectativas para a construção e crescimento da educação, em detrimento especialmente, daqueles que a consideram como um bem comum a ser adquirido por todos e que a entendem como objeto de crescimento pessoal, cultural e emocional.

O trabalho ora desenvolvido correspondeu a uma intervenção pedagógica realizada na Escola Senador Humberto Lucena, no dia 30 de maio de 2014, no turno da manhã, envolvendo alunos da turma do 2º ano fundamental, onde trabalhamos com o tema: “CONTO E RECONTO NA SALA DE AULA” cujo projeto foi devidamente elaborado (ver roteiro nos Apêndices), onde se objetivou com esse projeto conscientizar os docentes sobre a importância da literatura nas séries iniciais do ensino fundamental no desenvolvimento da leitura e escrita na escola. Também

buscou explorar o contexto e valores trabalhados nos contos clássicos infantis, nas diferentes formas de leitura contextualizadas em sala de aula procurando selecionar conteúdos e procedimentos metodológicos adequados, de acordo com a necessidade detectada.

Dessa forma, Rego (1988) aborda que o professor na busca de despertar a motivação e resgatar os interesses culturais e sociais envolvidos no processo da literatura deve estar atento para alguns apontamentos:

É através da literatura se manifesta todo o potencial criativo de que se pode ser portador o falante de uma língua. Na literatura as palavras funcionam como matéria-prima da criação artística nos seus mais diferentes gêneros. Quando escrevemos dispomos de maior tempo para refletir sobre a forma da mensagem que queremos transmitir. Poderíamos mesmo dizer que a escrita é um produto lingüístico mis depurado. (REGO, 1988).

Constata-se, a partir das idéias apresentadas por Rego (1988) que, a literatura está presente em todo o lugar. No momento da escrita, a imaginação dos indivíduos flui e acaba construindo um mundo de idéias. O mesmo acontece com as crianças. Através de seus caracteres, rabiscos, desenhos, traços relatam suas mensagens.

O referido projeto teve como objetivo geral desenvolver nos alunos (as) o gosto pela leitura de contos, que as crianças possam viver, pensar, agir e interpretar o universo de valores e comportamentos com outras culturas.

O projeto foi desenvolvido em uma sala de aula ampla e bem iluminada preparada com cartazes, abordando o tema, de início foi realizada uma exposição com vários livros paradidáticos, inclusive um livro feito com materiais recicláveis confeccionado por eles durante a semana, cesta de docinhos entre outros. A aula foi iniciada com a leitura e interpretação de histórias, seguida de uma conversa de sensibilização sobre o tema e demonstrações de hábitos necessários para um bom convívio com os colegas dentro e fora da escola.

As intervenções no campo do estágio possibilitaram aquisição de experiência e conhecimentos mais profundos para a atuação docente. Se o estágio curricular fosse limitado apenas às observações, nas escolas e salas de aula, sem que as futuras professoras realmente atuassem, com certeza o aprendizado não seria tão significativo. Além disso, é interessante pensar que durante o estágio é possível

contribuir com a ampliação da aprendizagem dos alunos, nas escolas onde este se realizou, visto que a professora regente pode ser auxiliada no que se fizer necessário.

O desenvolvimento do projeto foi de grande importância para todos, pois houve uma boa interação dos alunos e o tema foi trabalhado de forma significativa.

O estágio, quando compreendido como uma atividade que pode trazer imensos benefícios para o ser humano, para a melhoria do processo educativo e para o estagiário, no que diz a sua formação profissional, provavelmente trará respostas positivas. Estes se tornam ainda mais indispensáveis quando se tem consciência de que as maiores beneficiadas serão a sociedade, a comunidade escolar, e, em especial, a qualidade da educação.

3. METODOLOGIA

O estágio supervisionado, como parte do currículo do curso de graduação em pedagogia, permite que o acadêmico tenha a oportunidade de estruturar um caminho profissional com base em suas reflexões teóricas vivenciadas no contexto de sala de aula. É um eixo articulador entre teoria e prática. Portanto, a oportunidade em que o professor em formação entre em contato com a realidade profissional com todas as suas implicações, em que irá atuar, para conhecê-la e para desenvolver suas competências e habilidades necessárias à aplicação dos conhecimentos teóricos e metodológicos trabalhados ao longo do curso.

Segundo Alvarenga e Bianchi, (2002 apud ALBUQUERQUE e SILVA, 2006, p. 2), “estágio é um período de estudos práticos para a aprendizagem e a experiência, envolvendo supervisão, revisão, correção e exame cuidadoso, trazendo resultados surpreendentes quando visto e desenvolvido de forma adequada”.

A produção desse trabalho, que está diretamente relacionado a pesquisa e sua relação com o Estágio Supervisionado realizado por meio da abordagem qualitativa. Tendo em vista a extensão da pesquisa, sua abrangência em termos de sistemas, áreas temáticas, orientações teóricas, implicações políticas e pedagógicas, descobertas e perspectivas da Gestão Democrática, optou-se por fazer uma análise conceitual, através de um estudo bibliográfico, com base em estudos de vários autores da área, permitindo descrever, analisar, objetivando compreender efetivamente o processo de gestão democrática e sua integração com a comunidade. A opção pela abordagem qualitativa refere-se à facilidade que ela apresenta na descrição do conhecimento a ser produzido na área educacional.

Segundo Lakatos e Marconi:

A pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisados, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o mesmo (1987).

Através de auxílio de fontes bibliográficas que tratavam da temática foi possível efetivar a construção do conhecimento proposto para a investigação, gerando conhecimentos científicos significativos que podem auxiliar outros educadores no estudo da temática.

A pesquisa proposta visou produzir conhecimentos a partir de fontes bibliográficas que expressem o modelo de gestão democrática, objeto de estudo de nossa pesquisa.

A coleta de dados contou na sua primeira etapa, na elaboração de resumos de fontes bibliográficas que trataram da temática em questão. Sendo anteriormente selecionada de acordo com a relevância que subsidia a pesquisa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos o tema Gestão Democrática: Interação escola e comunidade, nos propusemos a Identificar como os teóricos tratam a gestão democrática nas escolas públicas onde podemos perceber que há diversas abordagens e discussões por parte de alguns autores no que diz respeito à gestão democrática escolar dando destaque à sua relação com o meio comunitário e social como um todo.

Objetivou-se ainda verificar os papéis exercidos por cada membro da gestão e comunidade escolar, onde podemos perceber que a participação da comunidade nas decisões da escola ainda é muito limitada, devido a desinformação apresentada pelos pais quanto a importância da participação nas decisões e no desenvolvimento dos projetos da escola.

O cumprimento dessas intencionalidades foi fundamental para refletir a presença do modelo de gestão democrática efetivada na escola pública, possibilitando aos segmentos menos favorecidos uma ampla participação na construção e direcionamento das ações educativas efetivadas na escola, onde podemos verificar em linhas gerais que ainda são muitas as dificuldades quanto a participação dos profissionais, pais e alunos na construção de um projeto democrático que busque a qualidade no ensino e na aprendizagem.

É necessário que a instituição reelabore sua proposta pedagógica e contemple passo a passo como deve ser a participação de todos na construção de uma escola que busque a qualidade do ensino e da aprendizagem. Além disso, é importante também redefinir a inserção dos professores nos cursos de formação continuada, analisando a qualidade dessa formação e se de fato contribuirá para o despertar participativo da docência na escola.

Nestes termos, acreditamos que a efetivação da gestão democrática esteja atrelada à mudança na concepção a respeito das finalidades da educação, e não somente em alguns processos. Reforçamos que, a partir do momento em que seus objetivos estejam atrelados aos da comunidade escolar e que a mesma compreenda a importância de sua opinião e sugestões nas tomadas de decisão da escola, ela poderá participar mais e melhor, ou seja, com efetivo poder de decisão na gestão. Além desses aspectos é necessário reconhecer que o Estágio supervisionado vivenciado ao longo do curso de pedagogia foi importante porque o estágio é um dos

momentos mais importantes para a formação profissional. É nesse momento que o futuro profissional tem oportunidade de entrar em contato direto com a realidade profissional no qual será inserido, além de concretizar pressupostos teóricos adquiridos pela observação de determinadas práticas específicas e do diálogo com profissionais mais experientes.

Para Guerra (1995) o Estágio Supervisionado consiste em teoria e prática tendo em vista uma busca constante da realidade para uma elaboração conjunta do programa de trabalho na formação do educador. Desta forma, "o estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia a dia" (PIMENTA E LIMA, 2004), tornando-se etapa imprescindível para o profissional estar apto a exercer sua função como educador.

O curso de licenciatura em pedagogia foi muito importante para a nossa formação profissional porque é fundamental que o professor esteja bem preparado com um conjunto de conhecimentos teóricos e processuais para que possa transmitir com segurança e qualidade para seus alunos. Para Rodrigues (s.d) "Ser professor não supõe o domínio de seu campo específico de conhecimento, mas sim ter o domínio do conhecimento para ensinar, pois presumi mais do que uma apropriação enciclopédica".

Portanto cursar a licenciatura em pedagogia foi muito importante para a nossa formação profissional uma vez que através deste curso adquirirmos novos conhecimentos e experiências acerca das nossas práticas pedagógicas, o que nos dar suporte necessário para buscarmos novos caminhos e conseqüentemente crescimento profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, A. C. M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Orientação para o estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BAIA HORTA, J. S. Planejamento educacional. In: MENDES, D.T. (coord.) **Filosofia da educação brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

BOGATSCHOV, D. N.; GODOY, G. A. V. de. **Conselho escolar: lócus do exercício da cidadania e fortalecimento da democracia?** Maringá: Eduem, 2010.

BARROS, L. A. M. **Gestão Democrática Escolar**. Disponível em: <<http://www.Artigonal.com/administração-artigo/gestão-democratica-escolar-751904.html>> Acesso em: 09 de dezembro de 2010.

CAMPOS, M.M.; HADDAD, L. Educação infantil: crescendo e aparecendo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 80, p. 11-20, fev. 1992.

COELHO, M. P.; VOLSI, M. E. F. As Bases legais da Gestão Educacional e da Gestão Escolar e da Gestão Democrática. In: LARA, A. M. B; KOEPSEL, E. C. N. (org). **Gestão educacional**. Maringá: Eduem, 2010, p. 61-74.

_____. Conselho Nacional de Educação (2009). **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaosvinculados&id=13684:resolucoes-ceb-009&option=com_content&view=article>. Acesso em: 31 mar. 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão Democrática dos sistemas Públicos de Ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão Educacional: Novos olhares Novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DALMAS, A. **Planejamento participativo na escola: Elaboração e avaliação**. Petrópolis, RJ, 1994.

FAVERO, I. M. L. **“A educação Libertadora no cotidiano da escola”**. 1988.

GUERRA, M. D. S. **Reflexões sobre um processo vivido em estágio supervisionado: Dos limites às possibilidades**, 1995.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259p.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Pesquisa bibliográfica. Metodologia do trabalho científico**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1987. Cap.2, p. 66

LUCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Educação profissional" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo, Midiamix, 2002. Disponível em <http://www.educabrasil.com.br>.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 9º ed. SP: Cortez, 2000.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RODRIGUES, Ângela. **A Formação de Formadores para a prática na Formação inicial de professores**, s.d. Disponível em internet. <http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/arodrigues.pdf>. Acesso em 07 Jul. 2006.

ROSEMBERG, F. **A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 82, p. 21-30, ago. 1992.

REGO, L. L. B. **Literatura infantil: uma nova perspectiva de alfabetização na pré-escola**. Lúcia Lins Browne Rego. São Paulo: FTD, 1988.

SOUZA, João Valdir Alves de (org.) **Formação de Professores para a educação básica - dez anos de LDB**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SEDUC. **Conselho Escolar**. 3 ed. Teresina, 2012.

VEIGA, A. I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. 12ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2001.